

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE NO BRASIL

Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo Lopes¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar resultados de pesquisa bibliográfica sobre a qualidade da educação infantil no Brasil, a partir da legislação, dos documentos oficiais e de estudos e pesquisas que discutem o tema, visando compreender como a qualidade da educação infantil vem sendo tratada. Concluímos que esse aspecto deve ser analisado sob a ótica das bases materiais da educação e que o financiamento ocupa um lugar central para a efetivação da qualidade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Direito à Educação. Qualidade da Educação.

ABSTRACT

This work aims to present results of bibliographical research on the quality of early childhood education in Brazil, based on legislation, official documents and studies and research that discuss the subject, in order to understand how the quality of early childhood education has been treated. We conclude that this aspect must be analyzed from the perspective of the material foundations of education and that financing occupies a central place for the effectiveness of quality.

Keywords: Early Childhood Education. Right to education. Quality of Education.

1 INTRODUÇÃO

A definição legal do padrão de qualidade da educação foi estabelecida no Art. 206, da CF 1988 e no Art. 3º, da LDB n. 9.394/1996, entretanto, não foram explicitados na legislação os componentes imprescindíveis para a implementação desse padrão. Mais recentemente, no Artigo 2º do Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei n. 13.005/2014, a melhoria da qualidade da educação sobreveio entre as diretrizes do PNE.

¹ Professora do Departamento de Educação II da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Educação pela FEUSP. E-mail: thaisacfl@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Oliveira; Araújo (2005) apontaram que no momento seguinte a promulgação da CF 1988, foram implementadas no Brasil políticas que tinham por base o redimensionamento do papel do Estado nas políticas sociais e o ajuste fiscal, o que dificultou a realização das conquistas e garantias estabelecidas em prol do controle e da diminuição dos gastos públicos.

De acordo com os autores, aquela tensão trouxe reflexos para a educação, tendo em vista que a melhoria da qualidade dos sistemas de ensino ficou prejudicada pela indisponibilidade de recursos financeiros. A situação favoreceu uma perspectiva de qualidade de matriz empresarial centrada na eficiência e na produtividade, “em contraposição à ideia de democratização da educação e do conhecimento como estratégia de construção e consolidação de uma esfera pública democrática” (OLIVEIRA; ARAUJO, 2005, p. 28).

Ao mesmo tempo, a ampliação das vagas na etapa de escolarização obrigatória fez com que a forma do processo educativo e as condições necessárias para a oferta de um ensino de qualidade passassem a ser discutidas e reivindicadas, o que tornou a qualidade da educação um direito assegurado na legislação (OLIVEIRA; ARAUJO, 2005).

Na década de 1990, como parte das reformas educacionais, o Brasil adotava indicadores de qualidade correspondentes às avaliações de desempenho dos estudantes no ensino fundamental, médio e superior, mediante testes padronizados em larga escala, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos.

A educação infantil não estava inserida no quadro de avaliações nacionais naquele momento, o que aproximou as discussões sobre qualidade nessa etapa, a luta pela garantia dos direitos das crianças e ao debate acerca das especificidades da área, fortalecendo e ampliando as argumentações em torno de concepções de infância e de educação infantil.

Entre os anos de 1970 a 1980 houve diversas mobilizações da sociedade civil em busca da extensão do direito à educação para as crianças de zero a seis anos,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

entretanto, a ampliação do atendimento na educação infantil, principalmente nas creches, ocorreu por meio de repasse de recursos públicos a entidades comunitárias, que na maioria das vezes funcionavam em condições precárias e, nas pré-escolas municipais, a oferta de vagas muitas vezes ocorreu aumentando o número de crianças por turma e ou aumentando o número de turnos, o que levou a discussão sobre qualidade da educação mais evidentemente a partir da década de 1990 (CAMPOS; FULLGRAF; WIGGERS, 2006). Conforme as autoras,

A preocupação com a baixa qualidade do atendimento foi crescendo à medida que surgiram os primeiros estudos sobre as condições de funcionamento dessas instituições, principalmente creches vinculadas aos órgãos de bem-estar social. Eles revelaram as precárias condições dos prédios e equipamentos, a falta de materiais pedagógicos, a baixa escolaridade e a falta de formação dos educadores, a ausência de projetos pedagógicos e as dificuldades de comunicação com as famílias (CAMPOS; FULLGRAF; WIGGERS, 2006, p.89).

A inserção da pauta da qualidade na agenda da política educacional nacional motivou a publicação de documentos que trataram mais especificamente do tema e de estudos e pesquisas voltados a análise dos componentes da qualidade na educação infantil brasileira.

Nesse sentido, os resultados de pesquisa bibliográfica ora apresentados tiveram como finalidade somar esforços as reflexões existentes sobre a qualidade da e na educação infantil. Partimos de uma perspectiva teórico-metodológica ancorada no materialismo histórico-dialético, o que nos levou a problematizar a historicidade da expansão da educação infantil no Brasil, a alocação de recursos financeiros públicos em creches e pré-escolas públicas e comunitárias, a relevância do financiamento da educação para a busca da igualdade e garantia do direito à uma educação infantil de qualidade para todas as crianças brasileiras.

2 DOCUMENTOS NORTEADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Uma das publicações pioneiras relativas a qualidade foi o documento “Critérios para um Atendimento que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças”, divulgado em 1995, pelo Ministério da Educação (MEC) e que, em 2009, chegou à sua 6ª edição, abordando problemas concretos encontrados nas creches e algumas das principais dificuldades que educadoras enfrentavam em seu cotidiano, a partir de uma experiência de assessoria realizada em creches conveniadas no município de Belo Horizonte (CAMPOS; FULLGRAF; WIGGERS, 2006).

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006) e os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009) foram os documentos mais recentes produzidos nesse campo. A abordagem contida nos Parâmetros contemplou uma discussão sobre resultados de pesquisas nacionais e internacionais sobre a qualidade na educação infantil e elencou cinco tópicos primordiais para a melhoria permanente da qualidade da educação infantil: 1. As políticas para a Educação Infantil, sua implementação e acompanhamento; 2. As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil; 3. A relação estabelecida com as famílias das crianças; 4. A formação regular e continuada dos professores e demais profissionais; 5. A infraestrutura necessária ao funcionamento dessas instituições.

Já os Indicadores vieram para subsidiar processos de autoavaliação nas instituições educacionais, a partir das seguintes dimensões: 1. Planejamento Institucional; 2. Multiplicidade de Experiências e Linguagens; 3. Interações; 4. Promoção da Saúde; 5. Espaços, materiais e mobiliário; 6. Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; 7. Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social, sendo que cada uma das sete dimensões possui indicadores e questões norteadoras para cada indicador.

Ribeiro e Ribeiro (2010) analisaram a qualidade com foco principal nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2009), explicando sobre a metodologia e a forma de utilização do documento e chamaram a atenção para a necessidade da realização da autoavaliação por meio de um processo participativo e coletivo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Esse documento teve importância para a consolidação da autoavaliação, na medida em que proporcionou momentos de debates em uma perspectiva democrática, a partir das contribuições de propostas e experiências de todos os envolvidos, gerando informações úteis para as instituições educacionais de educação infantil, dando suporte a encaminhamentos de decisões e ações necessárias.

Além dos documentos citados, a melhoria da qualidade da educação infantil vem sendo abordada em estudos e pesquisas acadêmicas, nos sistemas educacionais e nos encontros de professores, tendo como referência as finalidades e características da educação infantil.

3 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Campos, Fullgraf e Wiggers (2006) fizeram uma revisão de pesquisas com dados empíricos sobre a qualidade das instituições de educação infantil, publicadas entre 1996 e 2003, na qual identificaram problemas encontrados em cinco dimensões: formação de pessoal; currículo; práticas pedagógicas; condições de infraestrutura; e relações com as famílias.

Correa (2003) analisou a qualidade na educação infantil por meio da perspectiva do respeito aos direitos das crianças e elegeu três aspectos que poderiam contribuir para a garantia de uma educação infantil de qualidade, quais sejam: a proporção entre a procura e a oferta de vagas em uma perspectiva democrática, a razão adulto/criança e a dimensão do cuidado (CORREA, 2003).

Sobre o atendimento, a autora apontou a necessidade de democratização do acesso e da garantia de financiamento para essa etapa da educação básica, alertando para a premência da indissociabilidade entre quantidade e qualidade. Em relação à razão adulto/criança, foi destacada a importância de garantir as condições necessárias para que todas as crianças sejam escutadas e respeitadas, assim como a oferta de condições mínimas de trabalho para os professores.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Esses dois aspectos estariam mais relacionados ao acesso com qualidade, já a dimensão do cuidado estaria presente na própria dinâmica educacional no interior das creches e pré-escolas. A autora assinalou que, embora o cuidado fizesse parte da educação para as crianças, muitas vezes foi negado e tido como antiprofissional ou característico e inerente a condição materna, no âmbito da vida privada (CORREA, 2003).

No Parecer CNE/CEB n. 22/1998 que tratava das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação instituídas pela Resolução CEB n. 1/1999 havia a previsão do atendimento de um determinado número de crianças por educador:

Quaisquer que sejam as instituições que se dedicam à Educação Infantil com suas respectivas Propostas Pedagógicas, é indispensável que as mesmas venham acompanhadas por planejamentos, estratégias e formas de avaliação dos processos de aperfeiçoamento dos educadores, desde os que ainda não tenham formação específica, até os que já estão habilitados para o trabalho com as crianças de 0 a 6 anos. As estratégias de atendimento individualizado às crianças devem prevalecer. Por isto a definição da quantidade de crianças por adulto é muito importante, entendendo-se que no caso de bebês de 0 a 2 anos, a cada educador devem corresponder no máximo de 6 a 8 crianças. As turmas de crianças de 3 anos devem limitar-se a 15 por adulto, e as de 4 a 6 anos de 20 crianças (p.15).

Importante destacar que o número de crianças por turma tem implicações diretamente relacionadas ao trabalho pedagógico e a qualidade das interações adulto-criança e das crianças e seus pares, devendo ser tratado com seriedade para que o professor possa acompanhar mais de perto a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

Campos et al. (2011) realizaram um estudo em 150 instituições de educação infantil, em seis capitais localizadas nas cinco regiões brasileiras, com a finalidade de investigar as condições das instituições e dos ambientes em que as crianças eram atendidas, publicado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), Ministério da Educação (MEC) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nessa pesquisa foram aplicadas as escalas *Infant/Toddler Environment Rating Scale – Revised Edition – Iters-R* e a *Early Childhood Environment Rating Scale – Revised Edition – Ecers-R*,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



utilizadas internacionalmente para aferir a qualidade das instituições de educação infantil.

A interpretação dos dados coletados nessa pesquisa permitiu a afirmação de que as pré-escolas com as melhores medidas de qualidade apresentaram as seguintes características:

Funcionam em estabelecimentos que atendem exclusivamente crianças da educação infantil e dispõem de maior número de equipamentos complementares (mais de oito); atendem crianças que fazem uso de algum tipo de transporte escolar; são unidades dirigidas por profissionais que concluíram seu curso de nível superior há 15 anos ou mais e assumiram o cargo de direção por meio de concurso público, processo seletivo ou eleição; os diretores promovem atividades ou cursos de formação destinados aos professores e aos funcionários na sua própria unidade; o salário bruto do diretor é maior que 4 salários mínimos (1.861,00); são dirigidas por profissionais que declaram enfrentar poucas dificuldades referentes ao quadro de pessoal, tamanho das turmas, etc.; por último, nas pré-escolas de melhor qualidade os professores realizaram cursos de pós-graduação (especialização ou acadêmico) em Educação, com ênfase na área pedagógica específica para educação infantil (CAMPOS et al., 2011, p.42).

Sobre a aplicação da escala *ITERS-R* no contexto brasileiro, Popp (2015) avaliou que a aplicação da *ITERS-R* no Centro de Educação Infantil pesquisado, confirmou alguns resultados constatados em outras pesquisas realizadas no Brasil: “a necessidade de revisão dos termos da escala para uma melhor compreensão e adequação à realidade brasileira” (p. 144).

Na pesquisa de Monção (2015) constatamos uma dimensão crucial de uma educação infantil democrática e de qualidade, o compartilhamento entre educadores e famílias do cuidado e da educação das crianças pequenas. Na visão da autora seria necessário um permanente diálogo entre os adultos responsáveis pela educação dessas crianças para definir objetivos comuns e partilhar experiências.

O compartilhamento poderia ser situado em dois âmbitos, o do cumprimento do dever estatal de garantir a universalização e a qualidade das creches e pré-escolas por meio das políticas públicas e nas práticas das unidades de educação infantil, com a consolidação de uma cultura de diálogo e negociação sobre a educação das crianças por parte das famílias e dos educadores (MONÇÃO, 2015).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Um destaque oportuno feito pela autora foi em relação ao quanto a dinâmica da relação entre família e educadores influencia na educação das crianças e a necessidade de um olhar crítico e de uma escuta cuidadosa sobre as impressões e sentimentos gerados pelas tensões e contradições, que não provem somente das questões individuais, mas perpassam por aspectos sociais, econômicos, políticos e de gênero.

Gallo; Silva (2013) apresentaram resultados de uma pesquisa, na qual foram efetuadas consultas com as famílias usuárias de uma Escola Municipal de Ensino Básico (EMEB) em um município paulista, sobre a qualidade da educação infantil, a partir da aplicação de um questionário e da realização de um colóquio. Os familiares participantes, dos quais 75% eram mães, demonstraram ter conhecimento sobre as necessidades das crianças, apontando melhorias que poderiam ser incorporadas pela instituição para qualificar o atendimento. Temas como espaço físico, aprendizagem, atividades de cuidado e relação com a equipe foram avaliados.

Como o espaço físico era visível e acessível as famílias, elas puderam avaliar o que viam, questionando e sugerindo aspectos para a melhoria do local. Destacaram-se quatro pontos mais bem avaliados: 1. Limpeza, 2. Decoração, 3. Adequação e acolhimento para a idade das crianças e 4. Segurança. Já os espaços externos da instituição não foram tão bem avaliados e as reivindicações eram: áreas verdes, espaço maior, quadra, tanque de areia, parque, relacionando a devida adequação e ampliação.

As famílias enfatizaram a importância da instituição como lugar de aprendizagem, de conhecimentos sistematizados e de condutas, assim como de promoção do relacionamento entre as crianças e de novas experiências de brincadeiras, brinquedos e jogos. Mencionaram o desenvolvimento de habilidades interacionais, sociais, de autocuidado e linguísticas adquiridas com o ingresso das crianças no estabelecimento, além do interesse em deixar claro que gostariam de participar e conhecer mais sobre a vida das crianças na instituição (GALLO e SILVA, 2013).

PROMOÇÃO



APOIO



Para o aprofundamento do debate sobre o tema foi realizada uma consulta sobre a qualidade na educação infantil em 53 instituições de educação infantil nos estados do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, cujos resultados foram publicados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em parceria com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). Os segmentos consultados em cada uma das instituições pesquisadas foram: professores, funcionários, diretores e ou coordenadores, pais usuários, pais não usuários, líderes da comunidade e crianças que estavam frequentando as creches e pré-escolas. (CAMPOS, 2006b).

Diante das respostas dos entrevistados ao que seria uma creche e ou pré-escola de qualidade, as respostas das crianças merecem destaque e como poucas vezes são escutadas em pesquisas dessa natureza, a pesquisa teve o mérito de proporcionar sua participação. Questionadas sobre o que deveria ter em uma creche para que ela fosse legal, as crianças responderam:

Tem que ter professora. Merenda. Festinha. Folha pra fazer dever. Caderno, lápis de cor, canetinha, lápis. Livro, borracha. Copo pra beber água. Suco, suco com bolacha. Texto para ler. Uma lousa pra escrever. Calendário. Dever pra fazer. Prateleira com livros. Cadeira e mesa. Cadeira, mesa, giz. Lousa. Tem que ter uma cadeira, lousa, giz. Lápis. Merenda. Cozinha. Massinha. Brinquedo. Ventilador. Luz. Papel. Portão. Geladeira, telefone. Lixeira. Merenda. Merenda. Brinquedo. Geladeira, porque bota comida, água, refrigerante. Borracha. Cadeira. Caneta. Comida. Lousa. Merenda. Bolsa pra colocar os cadernos e o lápis pra colocar os cadernos. Os lápis, as borrachas e o apontador dentro (CAMPOS; CRUZ, 2006a, p.60).

As respostas das crianças nos instigam a escutá-las em situações que as envolvem, respeitando-as como seres em desenvolvimento e proporcionando experiências de participação democrática nas quais suas manifestações sejam garantidas.

As pesquisas sobre a qualidade da educação infantil brasileira consultadas reforçaram que o conceito e a materialização da qualidade estão em disputa e sujeitos a interpretações diversas, o que coloca o tema em lugar de relevância para o atendimento com crianças pequenas nas creches e pré-escolas brasileiras.

PROMOÇÃO



APOIO



4 A IMPLEMENTAÇÃO DO CUSTO ALUNO QUALIDADE INICIAL (CAQi): COMPONENTE ESSENCIAL DA LUTA PELO DIREITO À QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Uma iniciativa importante que poderia contribuir para a garantia de um padrão de qualidade na educação infantil é a implementação do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi), criado pela Campanha Nacional do Direito à Educação, para traduzir em valores um padrão mínimo de qualidade para todas as etapas da educação básica.

Desde 2002 a Campanha iniciou um trabalho com a organização de oficinas e a participação de diversos atores interessados em discutir quais os insumos necessários a uma educação de qualidade. O CAQi foi objeto do Parecer CNE/CEB n.8/2010 aprovado em 5 de maio de 2010 e em 2014, o CAQi foi incluído em 4 das 12 estratégias da Meta 20 do PNE (2014-2024). No referido Parecer, o Artigo 16º determina que

os insumos básicos para funcionamento, manutenção e atualização da creche ou escola, de acordo com os padrões mínimos do CAQi e após sua implantação com as características indicadas, têm como referência o custo total estimado por aluno, expresso em percentual do PIB per capita: I – Creche: 39,0%; II – Pré-Escola: 15,1% (BRASIL, 2010).

Carreira; Pinto (2007) mostraram em estudo sobre o CAQi, a necessidade de distinção dos custos de implantação (aquisição de terreno, construção do prédio, compra de equipamentos e material permanente) dos custos de manutenção e de atualização, “necessários para assegurar que sejam mantidas e constantemente aperfeiçoadas as condições para a oferta desse ensino de qualidade” (CARREIRA; PINTO, 2007, p.83).

Os pesquisadores explicaram que essa distinção seria importante porque o investimento inicial de construção e equipamentos seria efetuado em uma única vez e a manutenção teria que ser programada para todos os anos de funcionamento das escolas. Outro ponto destacado é que com exceção das escolas com poucos alunos, os custos de manutenção seriam iguais ou mais elevados do que os custos de implementação (CARREIRA; PINTO, 2007).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Em 2007, o exercício de cálculo realizado pelos pesquisadores sobre os custos de implementação da creche, considerou como referência uma creche que atendesse em tempo integral (10 horas), 120 crianças, 12 crianças por turma e 20 professores, com uma jornada de 30 horas semanais, das quais 24 horas seriam com as crianças e as outras 6 horas seriam para planejamento, formação e avaliação do trabalho. Essa creche teria um profissional na direção, um na secretaria, um na coordenação pedagógica, dois no setor de alimentação e dois na limpeza e manutenção. A área em que seria construída a creche teria 915 metros quadrados e um custo estimado de 490 mil reais.

Os autores destacaram que esse valor foi calculado com base no custo do metro quadrado construído de acordo com o IBGE e que fizeram a opção de tratar com os dados oficiais, todavia, ao entrar em contato com administradores locais foram informados que esse custo seria pelo menos o dobro do metro quadrado do IBGE (CARREIRA, PINTO, 2007).

De acordo com os autores, a reposição de brinquedos e materiais pedagógicos deve ser contínua, por conta das próprias características dessa etapa, então para a compra de equipamentos e materiais permanentes o custo naquele período ficou em 110 mil reais.

O valor do CAQi para calculado para aquela creche foi de 3.783 reais por criança-ano, sem considerar alimentação e contabilizando as despesas com alimentação, o valor ficou em 4.139 reais. A explicação para a magnitude desse valor estaria na jornada integral de dois professores por turma e na relação adulto/criança que deve ser adequada para assegurar a qualidade da educação e do cuidado para as crianças dessa faixa etária (CARREIRA, PINTO, 2007).

A proposta para a pré-escola foi calculada tendo como referência 264 alunos, 12 turmas (6 salas) e 22 alunos por turma. Os alunos teriam uma jornada de 25 horas semanais e os professores teriam uma jornada de 40 horas, sendo 32 horas com os alunos. A pré-escola funcionaria em 2 turnos, com 10 professores, dos quais 50% teriam ensino superior.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Para a construção o prédio em 705 metros quadrados, o custo estimado foi de 337 mil reais e para a compra de materiais e equipamentos, esse custo foi de 122 mil reais. O CAQi para a pré-escola ficou em 1.659 reais por aluno-ano, sem despesas com alimentação e incluindo essas despesas, ficou em 1.789 reais por aluno-ano.

O Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) seria o primeiro passo em direção ao Custo Aluno Qualidade (CAQ), que seria o gasto aluno adequado para a educação pública no Brasil (PINTO, 2015). Estudos e pesquisas sobre quanto custa uma creche e uma pré-escola de qualidade vem mostrando, que mesmo que estejamos distantes desse patamar, a divulgação dessas informações tem esclarecido o quanto um país que deveria priorizar a educação precisaria investir na construção e na manutenção dessas instituições.

E, por fim, entende-se que a valorização da carreira docente é também um componente imprescindível de uma educação infantil de qualidade, o que não acontece a contento no Brasil devido a uma soma de fatores eminentemente políticos, como a falta de reconhecimento da importância do trabalho docente e da educação como condição de exercício da cidadania.

A Lei 11.738/2008 que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica trouxe alguns avanços como a instituição da jornada de trabalho em que 2/3 da carga horária seria de atividades com os alunos e 1/3 estaria destinada a formação do professor. Justamente esse aspecto acabou sendo alvo de disputas devido a necessidade de contratação de mais profissionais para estar com os alunos durante o 1/3 da carga horária de preparação dos professores.

Ainda não atingimos um patamar de condições de trabalho e remuneração docente adequada em âmbito nacional, especialmente na educação infantil, que historicamente tem sido a etapa de ensino na qual os profissionais são os mais mal pagos por seu trabalho, portanto, essa luta continua.

5 CONCLUSÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A educação infantil é uma etapa da educação básica que carece de ampliação do acesso, o que deve ocorrer considerando os avanços propostos em termos de qualidade, pois ainda que tenhamos conquistado o direito a uma educação infantil de qualidade na legislação brasileira, entendemos que existem entraves que dificultam a materialização desse direito, mais especificamente no que se refere a alocação dos recursos financeiros necessários para que o padrão de qualidade seja efetivado.

É importante lembrar que a expansão da educação infantil desde a década de 1970 ocorreu em instituições educacionais privadas para aqueles que poderiam efetuar os pagamentos das mensalidades e em creches e pré-escolas públicas e comunitárias para as crianças de famílias oriundas das classes economicamente menos favorecidas.

Diante desse quadro social, disputar qualidade é também disputar igualdade, redução de desigualdade, disputar recurso público para a escola pública, exigir que o poder público cumpra seu dever com relação a educação das crianças brasileiras, para que possam ingressar em instituições educacionais apropriadas a sua aprendizagem e desenvolvimento.

As iniciativas de produção e divulgação de documentos norteadores, estudos e pesquisas sobre a qualidade da e na educação infantil são construtivas e colocam em evidência o quanto as condições estruturais das creches e pré-escolas precisam de atenção por parte do poder público.

Avaliações em larga escala e escalas de medida de qualidade internacionais que nada tem a ver com a realidade brasileira não devem ser tomadas como diagnósticos para os nossos já conhecidos problemas de infraestrutura das instituições educacionais que atendem crianças pequenas.

A implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e valorização da carreira docente são elementos indispensáveis ao estabelecimento de um padrão de qualidade que de fato atenda às necessidades de aprendizagem das crianças que mais precisam de atenção e cuidado no país.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

BRASIL, MEC/SEB. **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL, MEC/SEB. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL, MEC/SEB. Parecer CNE/CEB n.8/2010, aprovado em 5 de maio de 2010. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública.

BRASIL, MEC/SEB. Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

CAMPOS, M. M. CRUZ, S. H. V. **Consulta sobre Qualidade da Educação Infantil: o que pensam e o que querem os sujeitos desse direito**. São Paulo: Cortez, 2006a.

CAMPOS, M. M.; ESPOSITO, Y. L.; BHERING, E.; GIMENES, N.; ABUCHAIM, B. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 142, jan./abr. 2011.

CAMPOS, M. M.; FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006b.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 6. Ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CARREIRA, D.; PINTO, J. M. R. **Custo-aluno qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. São Paulo: Global, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

CORREA, B. C. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 85-112, jul. 2003.

GALLO, B. C.; SILVA, A. P. S. Qualidade na educação infantil pública: concepções de famílias usuárias. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 36, p. 41-54, 1º sem. 2013.

MONÇÃO, M. A. P. O compartilhamento da educação das crianças pequenas nas instituições de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 157, p. 652-679, jul./set. 2015.

OLIVEIRA, R. P.; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, jan./fev./mar./abr. 2005.

PINTO, J. M. R. O FUNDEB na perspectiva do custo-aluno qualidade. **Em Aberto**, Brasília, v. 28, n. 93, p. 101-117, jan./jun. 2015.

POPP, B. **Qualidade da Educação Infantil: é possível medi-la?** Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2015.

RIBEIRO, B.; RIBEIRO, M. A. M. **Qualidade da educação infantil no Brasil**. Disponível em: https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/BrunaRibeiro_GT1_integral.pdf Acesso em: 12 jan. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO